

DESIGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL (PRU030)

Professora responsável: Mariana Galacini Bonadio

Período: 2026.1

Horários: Terças-feiras e Quintas-feiras, das 15:30 às 17:10

Início das aulas: 17/03/26

EMENTA

A disciplina propõe uma introdução às temáticas de gênero e suas intersecções com marcadores estruturantes da diferenciação social, tais como classe, raça, cisgeneridade, sexualidades (normativas e dissidentes), geração e capacidade compulsória. Fundamenta-se nas contribuições feministas para o conhecimento teórico-político dos fenômenos sociais, históricos e econômicos que configuram as desigualdades, bem como as estratégias de enfrentamento no campo das políticas públicas.

A partir do diálogo entre distintas vertentes feministas, percorrem-se as bases epistemológicas da categoria de gênero e a manifestação das assimetrias em esferas fundamentais da vida social até a sua institucionalização no Estado por meio de políticas específicas e agendas setoriais. Analisa-se, por fim, como a expansão da compreensão interseccional das demandas sociais reconfigura os desafios políticos e as respostas estatais frente às múltiplas e distintas desigualdades generificadas.

Aulas expositivas e dialogadas, leitura e análise de textos. Avaliação por pontos distribuídos em atividades presenciais ao longo do semestre e trabalho final.

PROGRAMA

UNIDADE 1: Ambivalências feministas e sentidos de Gênero

Estudo da genealogia e da socialização do gênero como categoria analítica e princípio ordenador das disposições sociais. Exame da pluralidade das concepções de gênero sob a ótica de marcadores estruturantes da diferenciação social — como classe, raça, cisgeneridade, sexualidade, geração e capacidade compulsória — operando nas tensões entre vertentes dos feminismos liberais, marxistas, negros, queer, decoloniais etc. O foco reside na desmistificação de uma análise universalizante da categoria de gênero nas teorias feministas, privilegiando a multiplicidade e a ambivalência de sentidos produzidos pela relação entre corpo e historicidade.

Referências:

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. cap. Cruzando o Atlântico em memória da Interseccionalidade.
- ANZALDÚA, Glória. Ponte, ponte levadiça, banco de areia ou ilha. Lésbicas de cor haciendo alianzas. In: ANZALDÚA, Glória. A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios. Rio de Janeiro: A Bolha, 2009.
- BENTO, Berenice. O retorno estratégico do essencialismo biológico. 24 de fevereiro de 2026 . em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-retorno-estrategico-do-essencialismo-biologico/>
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-340.
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. El Cotidiano, 2014.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Trad. Mariza Corrêa. Cadernos Pagu (22), pp. 201-246, 2004.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, pp.25-52.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) Pensamento Feminista: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.
- MANO, Maíra Kubik. Escolher as armas: a utilização de conceitos do Norte para os feminismos brasileiros. In: ABREU, Maira; CYRINO, Rafaela; TROPIA, Patrícia. Dossiê Feminismos materialistas: recepções latino-americanas. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, MG, v.34, n.2, p. 15-32, jul./dez. 2021.
- NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021, cap. Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de.

(org.) *Pensamento Feminista: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 84-95

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Ampliação*. v. 20. n. 2, 1995.

Vídeo: Judith Butler debate os problemas de gênero com Linn da Quebrada e Jup do Bairro <https://www.youtube.com/watch?v=DMge3Uc9sUs>

UNIDADE 2: Desigualdades de Gênero e Políticas Públicas

Análise das manifestações materiais e simbólicas das desigualdades de gênero em esferas fundamentais da vida social articulada ao exame da trajetória e da implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero no Brasil. O módulo parte da compreensão de que as definições sobre esses campos não são neutras, mas resultam de diferenças interpretativas que condicionam tanto o diagnóstico das desigualdades quanto o desenho das estratégias de enfrentamento. Nesse sentido, aborda os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM) e agendas setoriais específicas, examinando como tais diferenças se traduzem em marcos normativos, instrumentos de gestão e arranjos institucionais. Problematisa-se a transversalidade de gênero e os desafios de sua institucionalização no Estado, compreendendo a política pública como campo dinâmico de pactuação, no qual o enquadramento teórico do problema define o alcance da garantia de direitos e das transformações sociais possíveis.

Políticas Públicas:

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do CEAM*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 35–46, jan./jun. 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *Estudos Avançados*, 17(49), p. 117–133, 2003.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, pp. 47-71.

IPEA. *Cadernos ODS. ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O que mostra o retrato do Brasil?* 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini, DINIZ, Ana Paula Rodrigues, & FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na

estruturação da política para mulheres no Brasil. *Revista Do Serviço Público*, 69(2), 36-62, 2018.

MOTTA, Jose Inacio Jardim. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. *Saúde Debate* | rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 73-86, dez. 2016.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileira aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 81-98

Trabalho:

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019, cap. Introdução, p 20-34 e cap. Contraplanejamentos da cozinha, p. 62-86.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAUG, Frigga. Domestificação do trabalho (verbetes). Disponível em:
<https://blogdolabemus.com/2019/04/04/verbete-domesticacao-do-trabalho-por-frigga-haug/>

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. *Revista de Políticas Públicas*, vol. Esp, 2016, pp. 339-346.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 3a. Ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2021. cap. O trabalho como linguagem: O gênero no trabalho, p. 197-2010.

Violência:

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 293-314.

BARRETO, Juanita. La apropiación de los cuerpos de las mujeres, una estrategia de guerra. In: *En otras palabras*. Grupo Mujer y Sociedad. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia. Num 9, agosto-diciembre de 2001, p. 86-100.

DINIZ, Simone Grilo. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005), 2005.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes de. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Universo Psi*, Taquara, p. 33-51, 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Monica Raisa (org.) *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004, pp. 35-78.

MOMBAÇA, Jota. Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência.. São Paulo: Fundação Bienal; OIP , 2017.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Violência nas Relações de Gênero e Cidadania Feminina*. Fortaleza, CE: Editora UECE, 2008, cap 1. p. 25-73.

Saúde:

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 163-178.

BARBOSA, Ana Cláudia, OLIVEIRA, Roberta Gondim de, CORRÊA, Roseane Maria. Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 28, n. 09, 2023, pp. 2469-2477.

BOURGUIGNON, Ana Maria. Interseccionalidade, direitos humanos e justiça reprodutiva: avaliação crítica em saúde sexual e reprodutiva. *Saúde em Debate* [online]. v. 48, n. 142.

FIRMINO, Camila Rocha. Lésbicas enquanto sujeitas de direito das Políticas de Saúde. *Abant*, [s. l.], 2020.

LOPES, Fernanda. Justiça reprodutiva: um caminho para justiça social e equidade racial e de gênero. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 40, p. 216–227, 2023.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. *Saúde e Sociedade* [online]. v. 29, n. 1, 2020.

FERREIRA, Luciane Ourique. Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 1151–1159, 2013.

Educação:

CARVALHAES, Flavio, RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo soc* [Internet]. 2019, 31(1), p. 195–233.

EXNER, Marina Katurchi; CORRÊA, Marcela Garcia; LOTTA, Gabriela; FARAH, Marta Ferreira Santos. Implementando diretrizes de gênero na escola: entre a obediência legal e cultural. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 33–56, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). Tenho medo, esse era o objetivo deles: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. Relatório, 2022.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p. 77-104.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. *Educação e Pesquisa* [on line]. 2020, v. 46, e221756, pp.1-25.

Território:

BANIWA, Brulina Aurora. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. *Vukápanavo: Revista Terena*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 165-170, [ano].

BUSQUETS, Monise Vieira. Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 153–176, 2020.

CAMPOS, Mariana de Lima. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. *Prelúdios*, Salvador, v. 8, n. 8 p. 35-60, jul./dez. 2019, p. 35-60

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. ISSN: 1138-9788.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional* 8(1): 31-45, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Geosul*, v.22, n.44, 2007.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). *Polis*, n. 44, 2016.

TROTTA, Mariana; SOBRINHO, Taiana de Castro. Mulheres e moradia: despejos e remoções enquanto violências de gênero. *Revista da Defensoria Pública da União*, Brasília, DF, n. 21, p. 157–181, jan./jun. 2024

MANIFESTO PELO DIREITO DAS MULHERES À CIDADE:
<https://www.right2city.org/pt/news/womens-right-to-the-city-manifesto/>

Sugestões:

Documentário: O Silêncio dos Homens

<https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&t=5s>

Filmes: Desmundo, Dir. Alain Fresnot, 2002; A vida invisível, Dir. Karim Aïnouz, 2019; Deus é mulher e o seu nome é Petúnia, Dir. Teona Strugar Mietvska, 2019.

Marcos normativos:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha) Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.
- BRASIL. Decreto nº 6.387, de 5 de março de 2008. Aprova o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – II PNPM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 mar. 2008.
- BRASIL. Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2013.

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2004. 104 p.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013–2015). Brasília: SPM, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CIT nº 2, de 6 de dezembro de 2011. Estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 2011.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Portaria nº 2.467, de 6 de setembro de 2019. Institui o Programa Juntos pela Vida: Família e Direitos Humanos. Brasília, 2019.
- BRASIL. Lei nº 14.192, de 30 de julho de 2021. Dispõe sobre a prevenção, a repressão e o enfrentamento à violência política contra a mulher e altera dispositivos das Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nº 10.628, de 17 de maio de 2002, e nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 jul. 2021.
- BRASIL. Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; altera o art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 15.125, de 25 de abril de 2025. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para permitir o monitoramento eletrônico de agressores em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de tornozeleira eletrônica e dispositivos de alerta à vítima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 15.123, de 24 de abril de 2025. Altera o Código Penal para estabelecer aumento de pena nos crimes de violência psicológica contra mulheres quando cometidos com uso de inteligência artificial ou qualquer outro recurso tecnológico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2025.
- PACTO NACIONAL BRASIL CONTRA O FEMINICÍDIO: <https://todosportodas.br/>